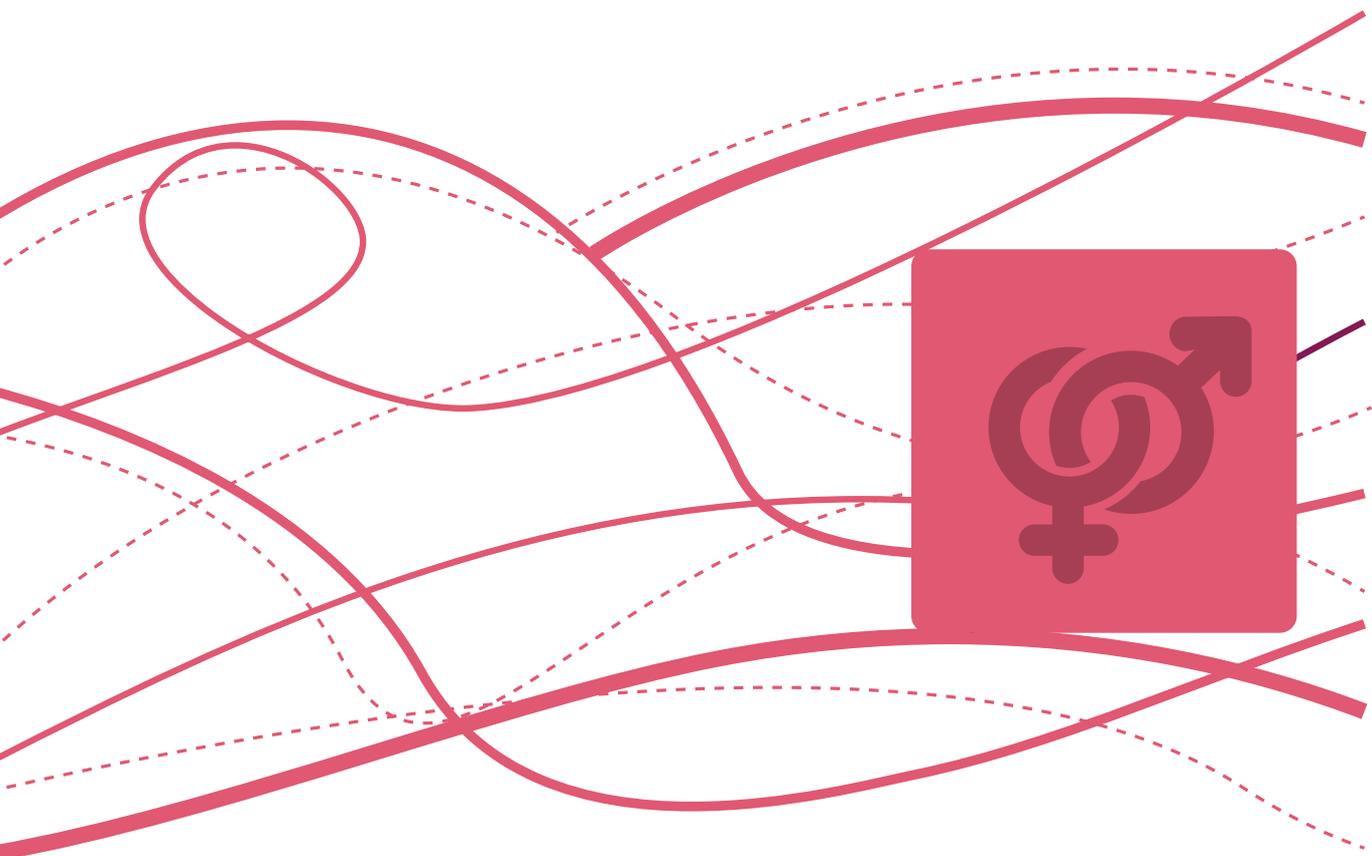


Gênero e Sexualidade



A QUESTÃO DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR

La cuestión de género en el cotidiano escolar

Adiliane Batista*; Thaianie Berdine – IFPE - campus Recife.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão: Debatendo gênero nas escolas municipais da Várzea, com enfoque para o plano de trabalho: Mapeando as demandas relacionadas à questão de gênero no cotidiano escolar. O projeto em questão teve por objetivo contribuir com o debate de gênero na comunidade escolar do ensino fundamental das escolas municipais circunvizinhas ao IFPE - campus Recife, atentando para a discussão de categorias de análise como a divisão sexual do trabalho. O projeto adotou a metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando-se de oficinas temáticas e observação participante. Foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o tema e realizou-se uma parceria com a Secretaria Estadual de Mulheres, através da Coordenadoria de Formação em Gênero para realização das oficinas. Além disso, foi aplicado um questionário junto aos docentes participantes das oficinas. A partir deste instrumento, foram analisados dados referentes ao perfil das docentes e a esfera da reprodução; à formação profissional e os conteúdos relacionados à questão de gênero; e ao exercício profissional e a relação com as demandas de gênero que se apresentam no cotidiano escolar. A partir desta análise, ressaltamos a importância da formação continuada de temáticas transversais no âmbito da educação, para sua repercussão na docência, no sentido de contribuir para uma construção de uma cultura de igualdade de gênero .

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Divisão sexual do trabalho. Igualdade.

ABSTRACT

This article aims at presenting the results of the extension project Debating gender in municipal schools of Várzea, focusing on the work plan Mapping gender demands in everyday school life. This project sought to contribute to the discussion of gender issues in the school community of elementary education surrounding the IFPE – Campus Recife, drawing attention to the discussion of categories of analysis such as the sexual division of labor. The project adopted a qualitative research methodology, making use of thematic workshops and participant observation. Literature surveys on the subject were carried out, and a partnership with the State Secretary for Women was established, through the Coordination of Gender Formation, for the realization of the workshops. In addition to that, a questionnaire was applied among the teachers who participated in the workshops. Then, data related to the teachers' profile, to the sphere of reproduction, to the professional practice, and to the relationship with gender demands arising in everyday school life were analyzed. As a result, it is emphasized the importance of continuing education regarding cross-cutting themes, given its impact on teaching, in order to foster a culture of gender equality

KEYWORDS: Education. Genre. Sexual division of labor: Equality.

* adilianebatista@recife.ifpe.edu.br

RESUMEN:

El objetivo de este artículo es presentar los resultados del proyecto de extensión: Debatiendo género en las escuelas municipales de la Várzea, con enfoque para el plano de trabajo: Mapeando las demandas relacionadas a la cuestión de género en el cotidiano escolar. El objetivo de este proyecto es contribuir con el debate de género en la comunidad escolar de la enseñanza primaria de las escuelas municipales en el alrededor del Instituto Federal de Pernambuco en la ciudad de Recife, fijándose en la discusión de categorías de análisis como la división sexual en el trabajo. El proyecto adoptó la metodología de pesquisa cualitativa, utilizándose de talleres temáticos y observación participativa. Fueran realizados análisis bibliográfico a respecto de la temática y se realizó una aparcería con la Secretaría Provincial de las Mujeres, por medio de la Coordinación de Formación en Géneros para la realización de los talleres. Además de eso, los profesores que participaron de los talleres respondieron un cuestionario. A partir de ese instrumento, fueron analizados datos referentes al perfil de los profesores y la esfera de reproducción; a la formación profesional y los contenidos relacionados a la cuestión de género que se presentan en el cotidiano escolar. Con esta análisis resaltamos la importancia de la formación continuada de temas transversales en el ámbito educacional, para su repercusión en la docencia, en el sentido de contribuir para una construcción de una cultura de igualdad de género.

PALABRAS-CLAVE: *Educación. Género. División sexual del trabajo. Igualdad.*

INTRODUÇÃO

Este projeto inseriu-se na área programática de Comunicação e Direitos Humanos e pretendeu, através de uma prática educativa e dialógica, contribuir com o debate relacionado à questão de gênero, junto à comunidade escolar do ensino fundamental, em escolas municipais circunvizinhas ao IFPE - campus Recife. A proposta vinculou-se a necessidade de contribuir, já no ensino fundamental, com a desmistificação do papel naturalizado de homens e mulheres na sociedade, contribuindo, assim, para uma cultura de igualdade de gênero.

Neste trabalho partimos do pressuposto que precisamos utilizar todas as instituições que estão presentes na formação dos sujeitos. Dentre estas, nosso destaque foi a escola, uma vez que comungamos com a idéia que é na escola que devemos construir a igualdade entre os gêneros, não só no acesso, mas como no interior dela são discutidas e vivenciadas as diferenças.

Debruçamo-nos, principalmente, no estudo de temas e categorias pertinentes ao debate de gênero que foi fomentado no nosso campo de atuação: as escolas municipais da Várzea. O projeto pretendeu contemplar a comunidade acadêmica como todo, mas no nosso plano de trabalho, focamos na investigação das principais demandas de gênero, expressas no cotidiano dos(as) professores(as) dessa rede, do ponto de vista deles(as), tanto enquanto sujeitos submetidos e que sofrem rebatimentos no cumprimento de papel de gênero na sociedade, como enquanto profissionais que trabalham diretamente com a formação de indivíduos dos ensinos fundamentais I e II, ou seja, formação escolar inicial.

Das leituras e estudos realizados, apreendeu-se que durante muitos séculos, em nossa sociedade, as mulheres foram negadas como sujeitos de direitos. A despeito das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas do século XX com relação à posição da mulher na sociedade brasileira, estas mudanças ainda estão longe configurar uma real igualdade de gênero, principalmente quando compreendemos que, apesar das mulheres terem conquistado o mercado de trabalho, as atividades ocupadas por elas são aquelas relacionadas à subproletarização, ou seja, as mais precárias, mal remuneradas, parciais, informais etc.

No contexto brasileiro, muitas legislações avançaram no sentido de uma relação mais igualitária, não obstante, a que se admitir uma lacuna entre direito legal e direito real, bem como que ainda são necessários muitos passos para galgarmos o fim de uma sociedade desigual com relação ao gênero.

Neste sentido, podemos afirmar que persiste em nossa sociedade uma subordinação, opressão e submissão da mulher com relação aos homens que é naturalizada no seio da família, das instituições, enfim, da sociedade como um todo.

Utilizamos, aqui, como categoria de análise para compreendermos esta histórica desigualdade entre homens e mulheres: a “divisão sexual do trabalho”. É notável que o homem assumiu historicamente, o papel produtivo, nessa divisão e a mulher, o reprodutivo.

Contemporaneamente, a mulher adentrou o mercado de trabalho, mas o homem não assumiu as tarefas reprodutivas, na mesma proporção. Temos então configurada a “dupla jornada de trabalho”

para a mulher, o que é um dos grandes impasses de igualdade de gênero. Uma vez que a mulher além de entrar no campo produtivo, que antigamente era reservado aos homens, continuou sendo responsabilizada pelo trabalho reprodutivo. O homem, no maior dos avanços, assumiu papel de ajudante ou colaborador.

Vê-se que os papéis de gêneros permanecem naturalizados, ou seja, são poucos debatidos como construções sociais. Naturalmente é posto que as mulheres devam estar aptas para assumir o trabalho reprodutivo (cuidar da alimentação, da higiene, da educação dos filhos e do marido), atividades que ocorre na esfera privada e sem valorização. O homem, por sua vez, para assumir o produtivo, na esfera pública e por ser “força de trabalho”, possui valor.

Por estas e outras razões que é fundamental entender a situação da mulher em nossa sociedade e desnaturalizar os papéis que foram colocados para homens e mulheres. São papéis apreendidos durante nossa vida, desde a infância, através da observação do comportamento de toda família, solidificados na relação: Estado e Sociedade.

Por isso para conseguirmos mais avanços na igualdade de gênero são necessárias políticas públicas, programas e projetos voltados para a desnaturalização dos papéis e para valorização do seu trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas, além da disseminação de informações e esclarecimentos sobre os direitos conquistados para as mulheres.

O nosso projeto de extensão conteve, assim, os objetivos de debater a temática de gênero, para desconstruir e construir outro entendimento das relações de gênero nesta sociedade e de mapear e registrar demandas de gênero no contexto escolar. Neste sentido, foram analisados dados referentes ao perfil das docentes e a esfera da reprodução; à formação profissional e os conteúdos relacionados à questão de gênero; e, por fim, ao exercício profissional e a relação com as demandas de gênero que se apresentam no cotidiano escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Corroboramos, neste projeto, com os estudos que consideram classe e gênero categorias indissociáveis na análise da situação da mulher em qualquer sociedade. A importância de vincular o domínio masculino sobre as mulheres à estrutura econômica está na necessidade de descortinar os interesses daqueles que se beneficiam com a naturalização da condição da mulher nesta sociedade, ou seja, aqueles que detêm o poder econômico e político.

Conforme Lucena (2010),

A categoria gênero ajuda-nos a compreender que o lugar da mulher na sociedade é socialmente construído enquanto subordinação do feminino ao masculino. Por ir além do sexo biológico, o gênero pressupõe que o esforço, a dupla jornada de trabalho, a maternagem, os cuidados com o outro em detrimento de si própria muitas vezes são concebidos socialmente como da “natureza”,

como “coisas de mulher”. Assim sendo, a divisão sexuada do trabalho e os espaços de subordinação feminina deixam de ser questionados, contribuindo para que não se reconheça a produção de valores de uso, de bens e serviços que compõe a geração da riqueza cada vez acumulada nas mãos de poucos, na sociabilidade do capital. (LUCENA, 2010, p.26).

Historicamente, no plano da produção e da reprodução, as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade com relação aos homens. Contemporaneamente, as relações capitalistas reforçam a desigualdade destas relações naturalizando a subordinação da mulher².

No contexto da sociabilidade do capital, as mulheres ficaram relegadas a ser responsáveis por algumas atividades ligadas a esfera da reprodução, tornando-se responsáveis pelas atividades correspondentes à reposição da força de trabalho que ocorrem no espaço doméstico, quais sejam: compras, preparação de alimentos, arrumação da casa, cuidado das crianças, entre outras. Isso deixa claro que, longe de ser algo natural, o papel desempenhado pelas mulheres é uma construção social que perpassou diversos modos de produção.

Diversos estudos sobre trabalho e as relações de gênero apontam para o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico e as atribuições de homens e mulheres relacionados com o trabalho de reprodução cotidiana da vida social, como um dos aspectos menos permeáveis às mudanças que marcam o mundo contemporâneo. Tal tendência demonstra a relevância de retomarmos o debate sobre a divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, aprofundando-o a partir da realidade vivenciada entre homens e mulheres.

De acordo com Felipe (2008), “as expectativas sociais e culturais depositadas em meninos e meninas, homens e mulheres, quando não atendidas, geram violências de toda a ordem”. Por este motivo, o autor referido, defende que a escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como as desigualdades de gênero, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Neste sentido, a escola, como um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial, que vai além da mera transmissão de conteúdos. Cabe a ela ampliar o conhecimento dos sujeitos que por ela transitam (professoras/es, funcionários/as, famílias, estudantes etc.).

METODOLOGIA

O projeto adotou a metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando-se de oficinas temáticas e observação participante e foi, portanto, um trabalho educativo junto à comunidade das escolas municipais do bairro da Várzea. Para isso, foram feitas aproximações, facilitadas pela articulação junto aos gestores das referidas escolas.

2 Traçamos, neste trabalho, várias evidências de que a desigualdade entre homens e mulheres não podem ser generalizadas, mas devem ser postas à luz do contexto das relações de produção, no âmbito das relações de classes, configurando-se também de acordo com a raça e etnia.

Entendemos por observação participante aquela que se realiza através do contato direto com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos/as atores/as sociais, em seus próprios contextos. É parte constitutiva desta técnica o fato de modificar e ser modificado pelo contexto (MINAYO, 2004).

Definimos nosso “ponto de observação”³, considerando que o conhecimento científico e as ações junto a sociedade devem contribuir para a transformação social em favor dos interesses definidos, neste caso, da comunidade escolar. Houve, nesse contexto, a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo a pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação da realidade, na qual se vinculam pensamento e ação.

Na metodologia partimos de dois pressupostos: o primeiro de que o conhecimento é um processo social que contém uma dimensão política. Neste sentido, assumimos o desafio de “pensar a ciência mais enquanto prática que enquanto conteúdo, mais enquanto processo que enquanto produto” (SAFFIOTI, 1992). O segundo de que para as ciências sociais, o interesse central se baseia no fato de que os seres humanos não são apenas objetos de investigação, senão pessoas com as quais agimos em comum: são sujeitos em relação (MINAYO, 1998).

Neste projeto, a escola foi escolhida por ser um ambiente de formação e disseminação do conhecimento. A tentativa foi orientar os professores, que são agentes fundamentais no processo de formação dos cidadãos, e por isso, agentes importantes auxiliando na construção de uma formação diferenciada e desmistificada com relação aos gêneros, com um olhar para a igualdade entre eles e não para a subordinação da mulher.

Realizou-se um recorte do campo de pesquisa ao bairro da Várzea, por ser um dos bairros mais próximos ao IFPE – campus Recife. Os participantes das oficinas, por sua vez, foram os gestores e professores inseridos nos ciclos I e II do ensino fundamental, inclusive da modalidade EJA, que a escola convocou para que participassem da oficina.

Além dos estudos realizados para uma maior compreensão das relações desiguais de gênero em nossa sociedade, iniciamos a elaboração do instrumento de coleta de dados e a articulação junto aos gestores da rede municipal de ensino, mas propriamente aos gestores das Escolas Municipais da Várzea.

Inicialmente, realizamos uma pesquisa das 14 (quatorze) escolas listadas no projeto e percebemos que quatro e um anexo delas, encontravam-se na RPA 4, mas não estavam localizadas na Várzea e sim na UR-07 ou Cosme e Damião. Utilizando – se desse critério, essas escolas foram removidas do projeto, restando nove escolas.

Em seguida, começamos a contatar as primeiras escolas para realização das oficinas, o que foi mais um critério de seleção, pois a escola poderia, ou não, aderir ao projeto. No contato, que se realizou com a ida da orientadora e bolsista diretamente à escola, apresentamos os principais pontos do projeto (justificativa, caracterização, objetivos, metodologia, entre outros) e deixamos o

³ Para Heleieth SAFFIOTI (1992), o ponto de observação tornaria disponível uma determinada perspectiva sobre a realidade. O ponto de vista dos oprimidos revela-se menos parcial, ainda que o seja, e, portanto, mais fidedigno, por ser mais abrangente.

gestor de posse de uma via do projeto e do termo de adesão.

Realizamos as primeiras visitas nas Escolas Municipais Dr. Rodolfo Aureliano João Pessoa Guerra, nos dias 31/05 e 07/06, respectivamente. As visitas consistiram em uma reunião com os gestores Cristiano Lima, vice-diretor da Dr. Rodolfo Aureliano e Carla Roberta, diretora da João Pessoa Guerra para apresentação do projeto, como exposto acima. Consideramos o contato e realização das oficinas nessas escolas, nosso projeto piloto, no que diz respeito à metodologia a ser adotada.

Em ambas as escolas, foram encontradas, dificuldades em relação ao calendário acadêmico que não possuíam dias vagos, nem abertura formal para capacitações e/ou formação advindas de outras instituições. De acordo com os gestores, a Secretaria Municipal de Educação define o calendário letivo, inclusive com as possíveis formações. Não obstante, tanto o gestor da Escola Municipal Dr. Rodolfo Aureliano, quanto da Escola Municipal João Pessoa Guerra, mostraram interesse em participar do projeto, declarando, até mesmo, a necessidade da comunidade escolar deste tipo de formação, diga-se, debater gênero na Escola.

Para dirimir a problemática do calendário, os gestores apresentaram diferentes soluções. A Escola Municipal Dr. Rodolfo Aureliano sugeriu que realizássemos as oficinas em três turnos distintos (matutino, vespertino e noturno), o que contemplou a nossa intenção de atingir o maior número de professores e gestores nas oficinas.

Já a Escola Municipal João Pessoa Guerra sugeriu que as oficinas fossem realizadas em uma parte do turno para que conciliássemos a necessidade de cumprimento do calendário com a proposta de formação. Num momento posterior, seria realizada uma atividade com os alunos, em sala de aula, com a presença dos professores.

Com isto, percebemos que a metodologia seria adaptada conforme a necessidade e disponibilidade de cada escola. Por isso as duas sugestões foram aceitas, com previsão da realização das oficinas nos meses de junho ou julho.

Neste período, de contato com os gestores das escolas, a Escola Municipal Célia Arraes alegou indisponibilidade em seu calendário acadêmico para a realização da oficina. Não conseguimos entrar em contato com a gestora das Escolas Municipais Zumbi dos Palmares e João Eugênio, portanto, essas escolas foram, igualmente, excluídas das oficinas. Por fim, a Escola Municipal do Dom não se sentiu responsável por autorizar a realização da oficina, impossibilitando, assim, sua participação no projeto. Restaram, então, seis escolas participantes, quais sejam: Escola Municipal João Pessoa Guerra, Escola Municipal Dr. Rodolfo Aureliano, Escola Municipal Henfil, Escola Municipal Magalhães Bastos, Escola Municipal Divino Espírito Santo e Escola Municipal Nova Morada.

Considerando que as escolas, em hipótese alguma, poderiam abdicar de um dia letivo, a solução encontrada, para a maioria delas, foi realizar a oficina após o horário de intervalo dos alunos. Em cada escola foi realizada uma oficina junto aos professores (as), gestores (as), funcionários (as) e estagiários (as) designados pelo dirigente ou vice-dirigente das escolas.

Entendemos que os fenômenos sociais podem ser melhores compreendidos a partir de uma

interação entre diferentes perspectivas do saber, recorrendo-se a abordagens e ferramentas teórico-metodológicas específicas de cada área envolvida. Por isso, realizamos uma parceria com a Secretaria Estadual de Mulheres de Pernambuco, através da Coordenadoria de Formação em Gênero e Assessoria Pedagógica para realização das oficinas.

Após a confirmação da participação da secretaria, as facilitadoras encaminharam um modelo de oficina, já executado pela Coordenadoria de Formação em Gênero e Assessoria Pedagógica, e que tinha relação direta com os objetivos do nosso projeto extensionista. O objetivo da oficina era “Refletir sobre a construção do nosso processo histórico-cultural e como este influenciou e ainda influencia no desenvolvimento de relações entre homens e mulheres, e como a educação formal pode contribuir para construção de novas práticas culturais pautadas no respeito e na equidade de gênero”

A oficina foi constituída da apresentação sobre o Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Pernambuco; o Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão e sobre o nosso projeto: Debatendo gênero nas escolas municipais da Várzea. Logo em seguida, dava-se início à exposição dialogada: Gênero, Natureza e Cultura; à exibição do vídeo: “El sueño imposible?” e, enfim, abria-se o debate sobre a temática abordada.



Figura 1 - Oficinas realizadas nas Escolas Municipais João Pessoa Guerra e Nova Morada

Ao término da discussão, entregamos, a todos os presentes, um material informativo, elaborado pela equipe executora do projeto o qual abordava a desigualdade nas relações de gênero e sua origem sob a ótica da divisão sexual do trabalho; a principal consequência dessa desigualdade, a violência contra a mulher; orientações e informações para quem sofre, já sofreram ou conhece alguém que sofre violência ou preconceito de gênero.

Por fim, distribuíamos o questionário com 50 questões divididas em três blocos de abordagem: O perfil docente e a esfera da reprodução; a formação profissional e os conteúdos relacionados à questão de gênero e o exercício profissional e a relação com as demandas de gênero que se apresentam no cotidiano escolar.

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

O desenvolvimento da pesquisa nos mostrou que existe uma grande dificuldade de inserção de abordagem de temas concernentes à formação docente, através de oficinas ou eventos que sejam propostos por outras instituições nas escolas municipais do Recife, haja vista o calendário acadêmico muito preenchido das escolas. Apesar disto, na maioria delas, contamos com a colaboração dos gestores (as) para a realização da oficina, contanto que um dia letivo todo não fosse comprometido.

Percebemos a participação ampla dos (as) docentes convocados (as) pelos (as) gestores (as), porém nem todos (as) concordaram com a importância da discussão do tema, apesar da maioria demonstrar ou até mesmo relatar a dificuldade de trabalhar com situações de conflito relacionadas à questão de gênero ou com exemplos que se observam no cotidiano escolar que denotam a desigualdade gênero.

Os questionários recolhidos constituíram um material, suficientemente, rico para uma breve análise das demandas de gênero, apesar do número reduzido de devoluções com relação ao número total de participantes. Através das respostas das docentes, confirmamos o quanto o debate de gênero é atual e necessário, a despeito de seu desinteresse por parte de alguns (as) docentes.

O perfil docente e a esfera da reprodução

As oficinas obtiveram um total de 99 participantes. Destes apenas dois eram homens. Segundo dados da UNESCO (2004), numa pesquisa sobre professores no Brasil, 81,3% são mulheres e 18,6% são homens, sendo que a maioria das professoras encontra-se atuando no ensino fundamental. Este fator deixa de ser determinante ao se analisar as séries finais do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio.

Esse fato corresponde à responsabilização histórica da mulher, para com a esfera do cuidado, o que acabou por tendenciar a feminização da educação infantil e fundamental (inicial) e de outras profissões ligadas à esfera reprodutiva.

De acordo com Penna 2009, “pode-se apontar que a feminização do magistério alterou o próprio exercício da função, que se viu desvalorizada ao ser associada a um trabalho com características tidas socialmente como femininas, como o cuidar de crianças”.

Do total de participantes, 28 devolveram o questionário, devidamente respondido. Esse número representa um percentual de 28,2% de devoluções. Vale ressaltar que apenas docentes mulheres devolveram o questionário.

No que se refere ao perfil das docentes, 86% possuem uma idade superior a 30 anos, 71% são casadas e 61% tem um ou dois filhos. Esta suposta predisposição feminina ao magistério, influenciou as mulheres que desejam ou necessitam trabalhar para auxiliar no orçamento doméstico. No caso das docentes de nossa pesquisa, a maioria é casada, adultas, têm filhos e são as principais mantenedoras ou compartilham a responsabilidade pelo orçamento da família, e não

apenas auxiliam.

A identificação com a maternidade levou, e leva até hoje a identidade da profissão com o feminino, relacionando-a a mãe cuidadora, com sentimentos fundamentais para a formação de quem atua com crianças.

A presença masculina nas séries iniciais (educação infantil, fundamental I e II) poderiam questionar o “cuidado” como manifestação exclusivamente feminina, um outro exemplo que aponta para a construção de uma sociedade mais justa e menos sexista.

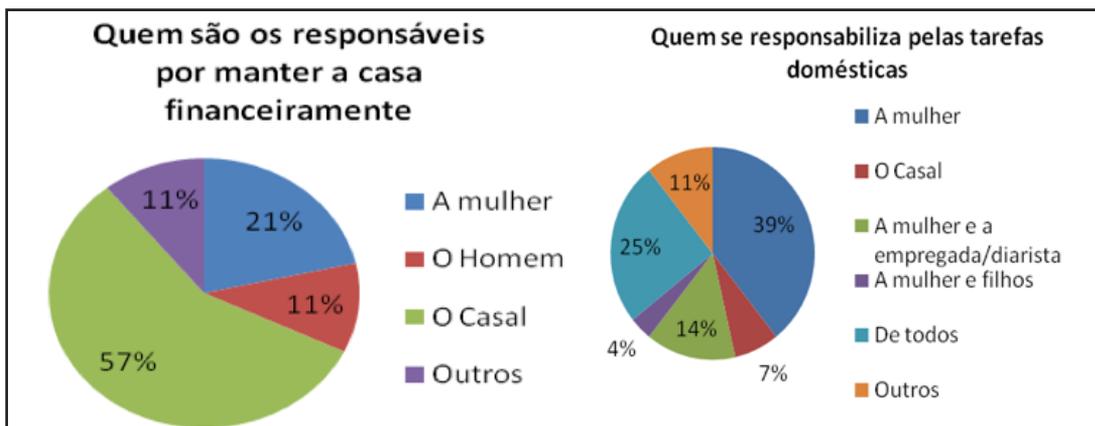


Figura 2 - Manutenção da família e afazeres domésticos

Com a figura acima, damos continuidade à discussão da relação das docentes com a esfera da reprodução. Para esta análise, foi necessário entendermos o conceito de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O trabalho reprodutivo é aquele que ocorre no espaço privado. Relaciona-se a este, o trabalho doméstico e não-remunerado. O trabalho produtivo ocorre na esfera pública. Relaciona-se ao trabalho externo e remunerado. A divisão sexual do trabalho tradicional confere uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.” (KERGOAT, 2000).

Conforme Nogueira (2006),

[...] A mulher contemporânea é uma trabalhadora assalariada como os homens, inclusive inserindo-se em novos postos de trabalho (até mesmo aqueles que anteriormente eram reservados para os trabalhadores), repartindo a responsabilidade do sustento familiar ou mesmo sendo a provedora principal da família, as suas atividades domésticas não deveriam também sofrer uma substancial transformação da divisão sexual do trabalho? (NOGUEIRA, 2006, p. 16).

Na Figura 2 percebemos que em 57% dos lares, o casal, e não apenas o homem, é responsável por manter a casa financeiramente. Em contraponto, em 39% dos casos a mulher assume as tarefas domésticas sozinha. Ou seja, na maioria dos casos, a mulher assume duas esferas de trabalho e

responsabiliza-se sozinha pela esfera reprodutiva. É necessário compreender que se responsabilizar é uma atribuição diferente de ajudar. Ajudas esporádicas não constituem uma responsabilidade do marido em relação às tarefas domésticas. Dividir igualmente as tarefas do lar, sim.

O que confirma que as mulheres, mesmo as que “conquistaram o mercado de trabalho”, continuam sendo as grandes responsáveis pelo trabalho doméstico. Ou seja, os homens não assumiram as atividades no espaço familiar, da mesma forma, ou com a mesma velocidade com que as mulheres ocuparam o espaço público, configurado como espaço da esfera produtiva e pago.

De acordo com Araújo,

[...] o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado, considerado um imperativo e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganhos e realização pessoal dentro do mundo do trabalho. (ARAÚJO, 2005, p.19).

Homens e mulheres formam dois grupos sociais envolvidos nas relações sociais de sexo, tendo como base material o trabalho através da divisão sexual laboral entre os sexos. A divisão sexual do trabalho, que divide a produção da reprodução, público e privado, também é permeada por outras relações de poder, de hierarquia, de mando e de obediência.

No que corresponde à satisfação destas mulheres com a divisão sexual do trabalho que as sobrecarregam cotidianamente, as docentes mostraram-se, de acordo com a figura abaixo, insatisfeitas.

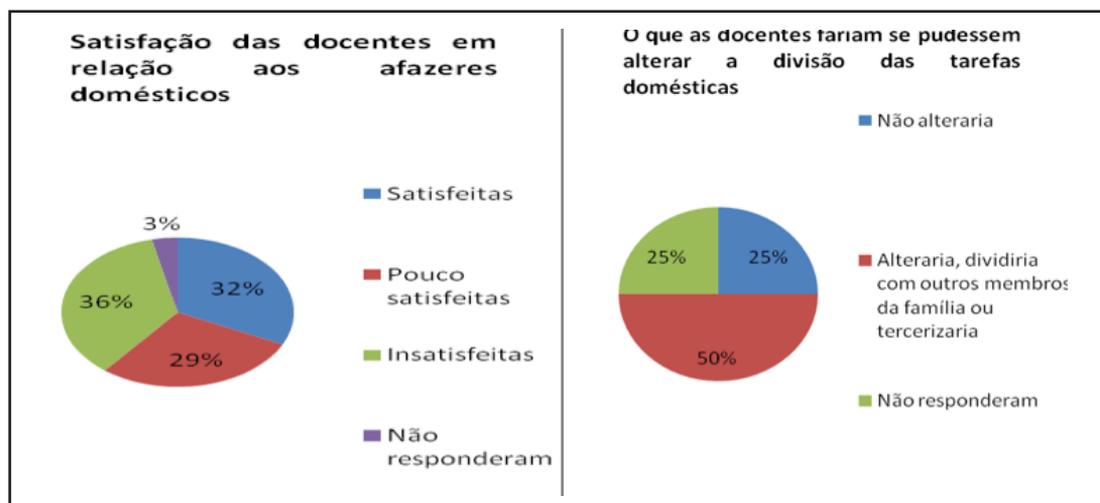


Figura 3 – Satisfação com os afazeres domésticos

A mulher quando se sente sobrecarregada, muitas vezes, terceiriza essa divisão de tarefas: em 14% das respostas, a mulher diz que contratou profissionais para dividir o trabalho doméstico com ela.

A metade delas argumentou que, se possível, alterariam esta divisão, mas pouquíssimas, quando casadas, referiram-se a uma divisão mais igualitária com o companheiro.

Nesse contexto, além da dupla jornada de trabalho para a mulher, percebemos que a mesma tem menos chances de diversão, lazer, descanso e mais restrições à vida política. Esse conjunto de elementos representa uma situação de opressão e exploração estabelecida pelas desiguais relações de gênero na sociedade.

Quanto à restrição à vida política, esta é justificada, principalmente, pelo desinteresse das mulheres em envolver-se com a esfera política e comunitária. Haja vista a sobrecarga de trabalho que é imposta à mulher, esta fica sem tempo para dedicar-se a algo que ultrapasse seu trabalho reprodutivo e produtivo. Ao assumir duas esferas de trabalho e uma delas, isoladamente, a mulher termina por ausentar-se de outros espaços. No espaço político, especialmente, existem particularidades: é um espaço de poder e tomada de decisões. Por sentirem-se intimidadas e, muitas vezes, porque lhe foi roubada o poder da fala, preferem renunciar a participação na política. É o que podemos observar quando as docentes foram questionadas sobre a ordem de importância de algumas dimensões de sua vida: 46% respondem que a participação política é a menos importante e 21% declaram que é a participação comunitária.

De acordo com Erundina (2008), “de todas as barreiras à participação das mulheres, a da política é, sem dúvida, a mais difícil de transpor, exatamente por ser a política o espaço das decisões e do poder e, como tal, tem sido privilégio dos homens”. Ao serem confinadas no espaço privado, nega-se às mulheres a inserção nos espaços públicos políticos, lócus das relações de poder, sujeitando-as à invisibilidade e ao silêncio.

Por estes e outros elementos abordados no perfil das docentes, concordamos com Bigaton (2005), quando aborda que “o professor é um ser social, que se constrói a partir de relações estabelecidas com os outros e com o meio social no qual está inserido. Assim, faz-se necessário conhecê-los, percebendo-os como um ser social e histórico”. E a importância de conhecê-los, reside no fato de que o mesmo é o profissional que estará mediando o conhecimento, o saber, a educação de muitos sujeitos.

A formação profissional e os conteúdos relacionados à questão de gênero

De acordo com o gráfico abaixo, a maioria das docentes possuem pós-graduação e grande parte delas possui, no mínimo, um curso superior completo.

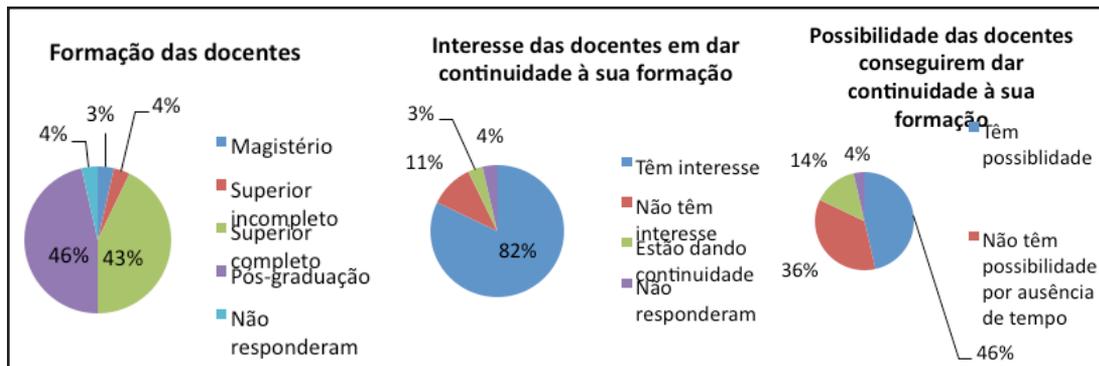


Figura 4 – Formação Profissional

Esse aspecto caracteriza sua profissão: a docência na educação básica exige uma formação superior. E neste requisito da formação, as docentes mostraram-se interessadas em dar continuidade aos estudos (pós-graduação, cursos de aperfeiçoamento), revelando que dão valor ao conhecimento. Porém, a maioria delas responde que não seria possível fazê-lo, em sua atual condição de vida.

Das docentes que referiram não poder continuar estudando, a maioria alega que o principal motivo é a falta de tempo, pois precisam conciliar mais de dois vínculos de trabalho com as “responsabilidades de casa”. Vemos então, como a divisão sexual do trabalho repercute negativamente na esfera da formação e exercício profissional das docentes, já que é na formação que os (as) professores adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

No que se refere ao desenvolvimento de uma formação continuada ou permanente, percebemos a deficiência deste trabalho no município. No geral, as formações ocorrem em um espaço curto de período de férias das professoras.

Segundo Pimenta (2002), aos professores deve ser oferecida formação contínua. O currículo inicial fica desfavorecido porque os acadêmicos, futuros profissionais, desenvolvem atividades distantes da realidade das escolas e na formação contínua, aplicam-se apenas cursos desconectados da prática pedagógica e estes são poucos eficientes, pois acabam desvinculados da teoria.

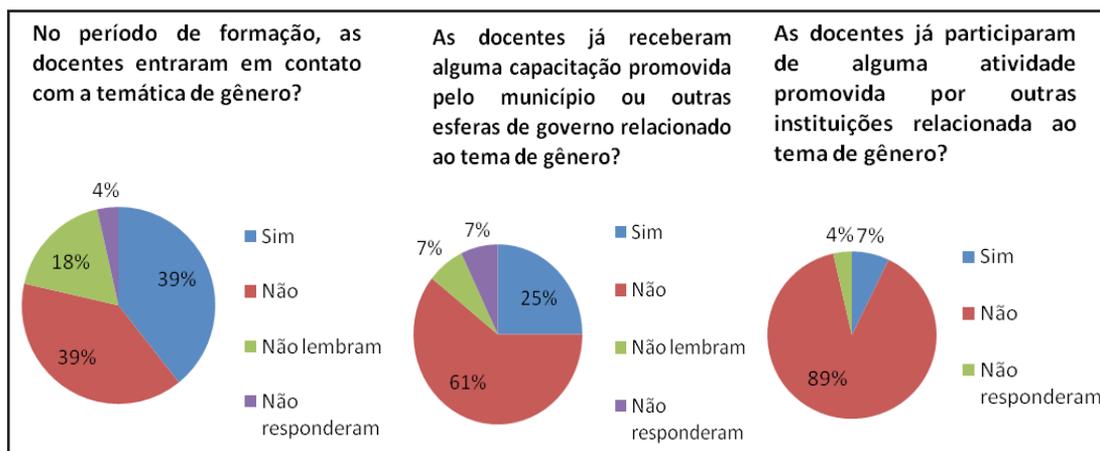


Figura 5 – Formação em Gênero

Como exposto, contradizendo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o tema gênero é quase que totalmente negligenciado na formação das docentes e, conseqüentemente, em seu exercício profissional. Em contraponto, sabemos de sua importância e relevância na formação de profissionais que trabalham na educação, principalmente infantil. O conhecimento e o debate de gênero, trás ao profissional as ferramentas necessárias para que ele (a) não reproduza as desigualdades das relações no exercício de sua profissão.

O tema Relações de Gênero entra como bloco do tema transversal: Orientação Sexual nos

Parâmetros Curriculares Nacional, e como tal, “discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

“De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação”.

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.

A formação de professores (as) deve, assim, visar o aprimoramento da pessoa professor antes mesmo do profissional professor(a). E enquanto profissional este deve ser comprometido com o conhecimento, além de serem críticos e reflexivos, buscando novas maneiras de ensinar e aprender.

O exercício profissional e a relação com as demandas de gênero que se apresentam no cotidiano escolar.

No que concerne a observação da participação de meninos e meninas, em sala de aula, as docentes tem opiniões divididas, com relação a alguma distinção de acordo com o sexo. Podemos observar isto nas afirmações abaixo:

Quadro 1 - Como se dá a participação dos(as) alunos(as) em sala de aula, de acordo com o sexo?	
1.	“São iguais. A não ser quando envolve força”.
2.	“Os meninos acham que tem mais poder”.
3.	“Não há diferenças de participação”.
4.	“Geralmente, as meninas são mais pacíficas e atentas”.

Não obstante, faz-se necessário atentar para o fato de que, apesar de algumas docentes relatarem participações iguais entre os alunos, algumas enfatizam, logo em seguida, características masculinas que poderiam denotar apenas diferenças entre meninos e meninas, mas percebemos que no dia a dia escolar, ou seja, na convivência cotidiana, reproduzem desigualdades.

Da mesma forma, outras observam as meninas a partir de características que são atribuídas

ao sexo feminino: delicadeza, passividade, dedicação. O que revela a predominância deste olhar sobre as meninas, mesmo tendo as próprias professoras, trazido exemplos, durante as oficinas, de meninas que não possuem tais características.

Foi o caso exemplificado de uma estudante, que segundo as professoras, “bate igual menino”, “veste-se como moleque: desleixada” “sempre despenteada”, “age com violência”. Em virtude destas características é chamada de “menina macho”. As docentes admitem que por este comportamento e aparência, a aluna é, constantemente, chamada a agir como uma menina pela própria equipe escolar.

Quadro 2 - Qual a distinção que você faz em geral entre coisas de menino e coisas de menina?

1. “Bem, acho que algumas coisas podem sim ser livres aos dois como, por exemplo, a questão das cores, porém não acho menino brincar de boneca”.
2. “Atividades mais calmas para meninas e mais agitadas para meninos (eles preferem)”.
3. “Necessariamente nenhuma, acredito que educação, organização, estudos e brincadeiras têm que ser coletiva e para os dois grupos igualmente, sem necessariamente influenciar a sexualidade da criança”.
4. “Para mim não existe. Meu irmão é machista, mas meu pai era pedreiro e sempre “ajudei-o”, ele não fazia distinção. Gosto de fazer o que gosto independente de gênero, pilotei até moto”.

Os (as) docentes, em geral, ficam confusos (as) e preocupados (as) com o que as mães e os pais podem achar do trabalho de desmistificação entre coisas de meninos e coisas de menina, brincadeiras de menino e brincadeiras de meninas e a oportunização de brincadeiras e jogos que podem e devem ser compartilhados entre os dois sexos. Mas muito do que as docentes reproduzem, em sala de aula, tem a ver como a maneira que pensam e agem no mundo.

De acordo com avaliação dos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais,

“Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na idéia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. De fato, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende”.

Em nossa pesquisa alguns professores chegaram a argumentar que a obrigação deste debate deve ficar restrita à família, à esfera privada. Ficando a escola responsável apenas pela alfabetização das crianças. Em contrapartida a esta resistência de muitos profissionais em usar as próprias brincadeiras para desmistificar papéis consolidados entre homens e mulheres, muitas pesquisas

sobre brincadeiras e jogos entre meninos e meninas, por exemplo, tem mostrado outras formas de construção cultural do feminino e do masculino.

Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a proposição, por parte do professor, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode ajudar a diminuir a hostilidade entre eles, além de propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças. Essa convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para o questionamento dos estereótipos associados ao gênero.

Querendo, ou não, a escola irá sempre se deparar com situações nas quais vai intervir. Seja no cotidiano da sala de aula, ao proibir ou permitir certas manifestações, e não outras. A questão é que tais valores serão mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento.

É necessário então que o professor (a) tenha uma formação específica para tratar das relações de gênero na escola, através de uma postura profissional e consciente de equidade entre os gêneros e da dignidade de cada um individualmente. O importante seria entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre a temática e suas diferentes abordagens, preparando-se para a intervenção prática junto dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação da desigualdade de gênero passa pela educação desde as séries iniciais em espaços coletivos e na esfera pública convivendo-se com as diferenças. De acordo com Goodson (1995), “o estilo de vida do professor dentro e fora da escola, as suas identidades e culturas ocultas têm impacto sobre os modelos de ensino e sobre a prática educativa. A formação que o professor propicia a seus alunos será proveniente de sua cultura, sobre o seu conhecimento”. Por isso é preciso reconhecer professores e professoras como um profissional que possui conhecimentos, vivências, costumes, crenças, habilidades, cultura.

A realidade do cotidiano escolar e os planos de aulas, postos em prática, comprovam que existe uma necessidade de discussões mais aprofundadas e sistêmicas de questões de gênero na escola, tanto no âmbito da formação inicial e continuada de professores/as, bem como no desenvolvimento de projetos com crianças e adolescentes. Tal formação implica formação continuada sobre temas e que posicionem, criticamente, os profissionais da educação, com relação à questão de gênero.

Constatamos que o debate suscitado neste projeto, precisa ser tratado para além de um tema transversal no currículo, passando a ser discussão obrigatória na formação, bem como, parte integrante obrigatória dos planos de aulas dos docentes. E, assim sendo, ser objeto de reflexão e materialização nos planejamentos de aula dos docentes e em suas práticas diárias, repercutindo, assim, na formação do aluno e contribuindo para uma construção de uma cultura de igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: *Marxismo e Feminismo. Dossiê do Feminismo e Marxismo*, 2000.
- BIGATON, Roseli. Perfil de professores da educação básica e análise multidimensional. UNIVALI, Itajaí, 2005.
- BRASIL, MEC, INEP. O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam — / Pesquisa Nacional UNESCO, – São Paulo: Moderna, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.
- COLLING, Ana Maria. Gênero e Cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY, André. O sexo do trabalho. Tradução de Suely Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ERUDINA, Luiza. Mulher e política no parlamento. *Cadernos de Crítica Feminista*, a. 2, n. 1, dez. 2008.
- GOODSON, Ivor F. Currículo; teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena Hirat et al. (Orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução de Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. Saúde, Gênero e Violência: um estudo comparativo Brasil/ França sobre a saúde da mulher negra. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1998.
- _____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NOGUEIRA Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução - um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro (orgs.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo, Cortez Editora, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1992.